

ITR 3T24

Cumprindo disposições legais e estatutárias, a Administração submete aos Acionistas as demonstrações contábeis relativas ao período encerrado em 30 de setembro de 2024.

1. Breve histórico

Após 40 anos de seus primeiros passos no setor de Exploração e Produção de Petróleo e Gás Natural, a Azevedo & Travassos S.A. (“ATSA”) retomou a estratégia de atuação no setor, através da refundação da Azevedo & Travassos Petróleo S.A. (“ATP”) em 2023, com o objetivo de realizar aquisições das chamadas “*Junior Oils*” – pequenos produtores de Petróleo e Gás Natural – e consolidar esse setor que possui grande potencial no mercado brasileiro.

Seguindo essa estratégia, em setembro de 2024, a participação societária na ATP foi transferida para Azevedo & Travassos Energia S.A. (“ATENERGIA”), passando a ATENERGIA deter o controle direto da ATP.

A ATENERGIA está em processo de cisão da ATSA, visando operar como uma Companhia totalmente independente e listada na Bolsa de Valores de São Paulo. A Cisão foi aprovada em Assembleia Geral Ordinária realizada no dia 18/10/24, e se dá no contexto do Acordo de Associação para Combinação de Negócios entre a ATSA (e suas Subsidiárias A&T Infra e Heftos) e MKS Soluções Integradas S.A. e Congem Investimentos S.A., assinado e divulgado no dia 10/09/24.

A Combinação de Negócios previa como condição precedente a reorganização societária prévia da ATSA, para segregação dos ativos relativos ao setor de pesquisa, extração e produção de óleo e gás.

Desde a incorporação da ATP, a Companhia engajou fortemente na avaliação de diversos ativos produtores de Petróleo e Gás Natural, resultando na aquisição da Phoenix Óleo & Gás Natural (“Phoenix”), aprovada e anunciada em 17/06/24. A aquisição marcou a retomada, de fato, da atuação da Companhia no Setor de Exploração e Produção de Petróleo e Gás Natural, inicialmente no Rio Grande do Norte, onde está localizado o principal polo de produção e exploração de petróleo em Campos terrestres do país.

Investimentos relevantes tem sido feito na Phoenix, visando a melhoria da eficiência operacional e consequente incremento da produção nos poços já perfurados pela Companhia, sendo atualmente o principal foco das operações da ATENERGIA. A Administração continua buscando oportunidades de crescimento inorgânico e está certa da implementação exitosa de seu plano estratégico de consolidação do segmento de *Junior Oils* no Brasil.

2. Azevedo e Travassos Petróleo S/A

O Conselho de Administração da Companhia, em reunião realizada em 22/06/2023, decidiu incorporar a Azevedo e Travassos Petróleo S/A (“ATP”), subsidiária integral para exploração de óleo e gás no Brasil e no exterior. Reconhecida como a primeira empresa privada a obter sucesso na produção de óleo e gás natural no Brasil, a Azevedo e Travassos S.A.(ATSA), deu início às suas atividades de pesquisa e exploração na década de 1980, por meio de contratos de risco com a Petrobras. Ao longo dos anos, a empresa assinou contratos de blocos exploratórios, investiu em poços pioneiros e descobriu quatro campos terrestres de óleo e gás, conquistando reconhecimento técnico e comercial. Para financiar esse projeto a ATSA realizou seu IPO em 1984.

Desde 1984 até o ano 2000, ano em que ocorreu a venda dos ativos exploratórios, a ATSA produziu com êxito óleo e gás no Polo Potiguar do Brasil. Agora, com a incorporação da subsidiária integral ATP (Azevedo e Travassos Petróleo S.A.), que conta com uma equipe técnica altamente qualificada e um valioso *know-how* na exploração e produção de óleo e gás, a Companhia está pronta para aproveitar as novas oportunidades que se apresentam no mercado.

A estratégia da Companhia abrange desde a consolidação de micro e pequenos produtores de campos maduros terrestres até a participação em licitações para produção e exploração de poços maduros *onshore* da Petrobras. Além disso, a Azevedo e Travassos Petróleo S.A. está empenhada em explorar concessões em países de língua portuguesa, especialmente em nações africanas, onde acredita-se que existam grandes possibilidades de desenvolvimento no setor de óleo e gás. A Companhia enxerga essas oportunidades como um novo marco em sua história e acredita que sua vasta experiência, aliada aos recursos técnicos e financeiros disponíveis, a posiciona de forma única para se beneficiar desse mercado em expansão.

3. Phoenix Óleo & Gás Natural Ltda.

A Phoenix Óleo e Gás Ltda (“Phoenix”) tem como principais atividades a exploração, produção e comercialização de petróleo e seus derivados, gás natural e outros hidrocarbonatos fluidos, sendo detentora dos direitos de concessão do Polo Periquito, que inclui os Campos: (i) Periquito; (ii) Periquito Norte; (iii) Periquito Nordeste; (iv) Concriz; e (v) Rio do Carmo, denominada “Campos”. E detentora dos direitos de concessão dos Blocos (vi) POT-T565 e (vii) POT-T610, denominado “Blocos”.

A Phoenix é a operadora e detém 100% de participação nos Campos e Blocos do Polo Periquito, situado na Bacia Potiguar, no Estado do Rio Grande do Norte.

Devido à falta de investimentos em períodos anteriores, os ativos da Phoenix apresentaram uma queda da produção média diária dos poços. Portanto, com a aplicação de recursos financeiros pontuais, utilizando-se da *expertise* do corpo técnico

da ATP, será possível destravar geração de valor relevante nos ativos que já estão em produção, apresentando um grande potencial, com um CAPEX reduzido.

4. Petro-Victory Energy

Em 24/06/24, a ATP assinou um contrato de parceria comercial com a Petro-Victory Energia ("PVE"), uma empresa de exploração e produção de petróleo bruto e gás natural, que detém 100% dos interesses operacionais e de trabalho em 41 licenças no Brasil, nas Bacias Barreirinhas e Potiguar. As ações da empresa são negociadas na Bolsa de Valores de Toronto (TSXV) através do *ticker* VRY.

O acordo contempla planos de trabalhos que serão desenvolvidos em duas concessões da PVE localizadas na Bacia Potiguar, Campo de Andorinha e POTT-281. A ATP arcará com os recursos necessários para realização do plano de trabalho nos ativos, que consiste, a princípio, na perfuração e completação dos poços AND-4 e AND-5 no Campo de Andorinha e intervenção no poço CR-2 localizado no POT-T-281.

O contrato garante à ATP receber um percentual dos lucros da operação, onde a parceria firmada entre as duas Companhias prevê que a ATP fará jus à 75,00% (setenta e cinco por cento) do resultado líquido gerado pela produção desses poços, até a devolução integral do CAPEX investido pela Companhia, e 50,00% (cinquenta por cento) dali em diante. O contrato de parceria para exploração do campo de Andorinha e o POTT-281 ainda conta com uma opção de compra dos ativos pela ATP.

A expectativa da Companhia é que os primeiros trabalhos de intervenção no poço CR-2 sejam realizados entre os meses de novembro e dezembro de 2024. Os resultados destes trabalhos devem ser observados no primeiro trimestre de 2025, e serão compartilhados entre ATP e PVE e divulgados ao mercado em geral oportunamente.

5. Cenário atual

O ano de 2024 marca a efetiva retomada da atuação da Companhia no setor de Exploração e Produção de Petróleo e Gás com a aquisição da Phoenix, e apresenta perspectivas otimistas para incremento da produção de Petróleo e retomada da produção de Gás. Os reflexos destes incrementos serão totalmente refletidos na produção e resultados já no primeiro trimestre de 2025, quando a Companhia estima atingir uma produção de até 400 barris de óleo equivalente (boe) por dia (boe/d).

A ATENERGIA estima concluir brevemente futuras negociações e seguirá avaliando oportunidades que se apresentarem à Companhia. Com base no atual tamanho e potencial dos ativos avaliados, caso conclua com sucesso as operações em andamento, a ATENERGIA deve rapidamente alcançar uma produção diária superior a 500 boe/d, podendo apresentar um crescimento orgânico desses ativos para até 1000 boe/d até o final do ano de 2025.

6. Desempenho Econômico e Financeiro – (30/09/24)

Criada no quarto trimestre de 2023, a ATENERGIA não apresentou Receitas e resultados relevantes no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2023, sendo assim, não serão apresentadas bases comparativas de períodos anteriores.

6.1. Receita

A Receita Bruta Consolidada do terceiro trimestre de 2024 foi de R\$ 1.280 mil. É importante ressaltar que, ao longo do terceiro trimestre de 2024, foram realizadas diversas intervenções nos poços da Phoenix, para a melhoria na eficiência de produção. Durante estas intervenções, a produção de petróleo é paralisada, de forma que a produção total do período foi afetada negativamente por estes trabalhos, que passam a ter um impacto positivo no período seguinte.

6.2. Resultado

O Resultado Consolidado do terceiro trimestre de 2024 correspondeu a um prejuízo de R\$ 41.436 mil, devido, quase que em sua totalidade, à movimentação contábil da baixa de ativos imobilizados não operacionais durante a aquisição da Phoenix pela ATP. É importante ressaltar que, a operação de exploração de Petróleo em si, apresenta Lucro Bruto positivo, porém, devido a produção reduzida, somada à incremento de investimento em ampliação do time operacional, observa-se o resultado negativo apresentado.

6.3. Endividamento Consolidado

Em 30/09/24, a Companhia possuía um endividamento bancário de R\$ 2.532 mil com vencimentos diversos.

6.4. Capital Social

Em 30/09/24 o Capital social da Companhia é de R\$ 193.288 mil.

6.5. Patrimônio Líquido

Em 30/09/24, o Patrimônio Líquido da Companhia totalizava R\$ 151.852 mil.

7. Gestão de Qualidade, Segurança, Meio Ambiente e Saúde e Responsabilidade Social

A Administração da ATENERGIA, incorporada no terceiro trimestre de 2024, seguindo seu princípio e melhoria contínua de seus processos, pretende iniciar a implementação

de certificações em seus sistemas de Gestão Integrada de Qualidade, Ambiental e de Segurança e Saúde no Trabalho em conformidade com as Normas ISO.

A subsidiária operacional Phoenix se mantém em conformidade com as exigências regulatórias da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (“ANP”).

8. Código de Ética e Conduta

O Código de Ética e Conduta da Azevedo & Travassos Energia S/A está disponível para leitura no site de Relações com Investidores da Companhia (atpetro.com.br).

De forma a ilustrar a visão da Diretoria Executiva, Conselhos, acionistas, o Grupo Azevedo & Travassos, com mais de 100 anos de existência, se prepara para iniciar um novo ciclo de crescimento, buscando novos caminhos e oportunidades. Porém, mantemos a convicção de que chegamos até aqui graças ao nosso histórico de cumprimento das leis, a manutenção de uma reputação ilibada e ao respeito aos nossos clientes e parceiros.

Nossa reputação e nossos colaboradores são os nossos ativos mais importantes, e essa atualização do Código de Ética e Conduta é uma ferramenta para auxiliar na tomada de decisões e orientar nosso comportamento. Nele constam os princípios e diretrizes que deverão guiar a atuação, não apenas das companhias do grupo, mas também de cada um de seus conselheiros, diretores e colaboradores.

A ética pode ser compreendida como o conjunto de normas e comportamentos que os membros de uma sociedade reconhecem como sendo adequados para garantir o seu funcionamento e a prosperidade de seus integrantes. Trata-se do exame crítico e estruturado de como se deve comportar, especialmente quando essas ações podem afetar terceiros.

Ética é um princípio básico que deve orientar todas as nossas escolhas e ações, orientando na elaboração de propostas, nos relacionamentos internos e nos relacionamentos externos com clientes, comunidades, fornecedores, autoridades e poderes constituídos.

O nosso compromisso com a ética e com nossos valores fundamentais -- Integridade, Comprometimento, Atuação Responsável, Foco no Resultado e Tradição e Evolução -- são fundamentais para atingirmos um crescimento responsável e sustentável.

9. Instrução CVM 381/03

Conforme a Instrução CVM 381/03, a empresa Taticca Auditores Independentes S.S. não efetuou outros serviços para a Companhia, além do exame das demonstrações contábeis do período findo em 30 de setembro de 2024.

10. Declaração da Diretoria

Em atendimento ao disposto nos incisos V e VI do § 1º do art. 27, da Resolução CVM nº 80, de 29/03/2022, os Diretores declaram que reviram, discutiram e concordam com as demonstrações financeiras, relativas ao período de 30 de setembro de 2024.

Ivan de Carvalho Junior
Diretor Presidente

Bernardino de A. Pimentel Mendes
Diretor Executivo de Operações

Gabriel Antonio Soares Freire Júnior
Diretor de Relações com Investidores

Relatório sobre a revisão de informações trimestrais

Aos
Acionistas e Administradores da
Azevedo & Travassos Energia S.A.
São Paulo - SP

Introdução

Revisamos as informações contábeis intermediárias, individuais e consolidadas, da Azevedo & Travassos Energia S.A. ("Companhia"), contidas no Formulário de Informações Trimestrais (ITR) referente ao trimestre findo em 30 de setembro de 2024, que compreendem o balanço patrimonial em 30 de setembro de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de nove meses findo naquela data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Responsabilidade da diretoria sobre as informações contábeis intermediárias

A diretoria é responsável pela elaboração das informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas de acordo com a NBC TG 21 Demonstração Intermediária e com a norma internacional IAS 34 *Interim Financial Reporting*, emitida pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais (ITR). Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 *Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity*, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, consequentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão sobre as informações intermediárias individuais e consolidadas

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias, individuais e consolidadas, incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com a NBC TG 21 e a IAS 34 aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais (ITR), e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM).

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

As informações trimestrais acima referidas incluem as demonstrações do valor adicionado (DVA), individuais e consolidadas, referentes ao período de nove meses findo em 30 de setembro de 2024, elaboradas sob a responsabilidade da diretoria da Companhia e apresentadas como informação suplementar para fins de IAS 34. Essas demonstrações foram submetidas a procedimentos de revisão executados em conjunto com a revisão das informações trimestrais, com o objetivo de concluir se elas estão conciliadas com as informações contábeis intermediárias e registros contábeis, conforme aplicável, e se sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos na NBC TG 09 Demonstração do Valor Adicionado. Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que essas demonstrações do valor adicionado não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nessa Norma e de forma consistente em relação às informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Auditoria das demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2023

Os valores correspondentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023, apresentados para fins comparativos, foram auditados por outros auditores independentes, que emitiram relatório datado em 03 de maio de 2024, sem modificações.

Adicionalmente, informamos que as demonstrações financeiras apresentadas para o período findo em 30 de setembro 2023, apresentados para fins comparativos, foram auditados, no conjunto de informações avaliadas pelo auditor na data base de 31 de dezembro de 2023, tendo em vista que a Companhia foi constituída em 30 de agosto de 2023, motivo pelo qual não há relatório do auditor específico a essa data base.

São Paulo, 14 de novembro de 2024.

TATICCA Auditores Independentes S.S.
CRC 2SP-03.22.67/O-1
CVM 12.220

Aderbal Alfonso Hoppe
Sócio
Contador CRC – 1SC020036/O-8-T-SP

ADERBAL ALFONSO
HOPPE:5415602500
4

Assinado de forma digital
por ADERBAL ALFONSO
HOPPE:54156025004
Dados: 2024.11.14
15:44:56 -03'00'

Balanços patrimoniais
Em 30 de setembro de 2024 e 31 de dezembro de 2023
(Em milhares de Reais)

		Controladora		Consolidado	
	Notas	30/09/2024	31/12/2023	30/09/2024	31/12/2023
Ativo					
Ativo circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	6	6	1	7	1
Estoques	7	-	-	103	-
Adiantamento a fornecedores	8	-	-	56	-
Impostos a recuperar	9	-	-	21	-
Despesas antecipadas		-	-	13	-
		6	1	200	1
Ativo não circulante					
Imposto de renda e contribuição social diferida	25	-	-	20.247	-
Outras contas a receber	10	-	-	3.901	-
		-	-	24.148	-
Investimentos	11	151.866	-	-	-
Imobilizado	12	-	-	12.376	-
Intangível	13	-	-	150.158	-
		151.866	-	162.534	-
Total do ativo		151.872	1	186.882	1
Passivo					
Passivo circulante					
Fornecedores	15	20	-	2.057	-
Empréstimos e financiamentos	16	-	-	1.968	-
Arrendamento por direito de uso	17	-	-	582	-
Salários, provisão para férias e encargos sociais	18	-	-	181	-
Obrigações tributárias	19	-	-	523	-
Outras contas a pagar	20	-	-	3.430	-
		20	-	8.741	-
Passivo não circulante					
Empréstimos e financiamentos	16	-	-	564	-
Arrendamento por direito de uso	17	-	-	742	-
Obrigações tributárias – outros impostos	19	-	-	1.438	-
Outras contas a pagar	20	-	-	23.545	-
		-	-	26.289	-
Total do passivo		20	-	35.030	-
Patrimônio líquido					
Capital social	21	193.288	1	193.288	1
Prejuízos acumulados		(41.436)	-	(41.436)	-
		151.852	1	151.852	1
Total do passivo e patrimônio líquido		151.872	1	186.882	1

As notas explicativas da Administração são parte integrante das informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas.

Demonstrações do resultado

Períodos findos em 30 de setembro de 2024 e 2023

(Em milhares de Reais, exceto pelo lucro por ação)

	Notas	Controladora		Consolidado	
		01/01 a 30/09/2024	01/01 a 30/09/2023	01/01 a 30/09/2024	01/01 a 30/09/2023
Receita de venda e serviços prestados, líquida	23	-	-	1.237	-
Custos na venda de produtos e serviços prestados	24	-	-	(946)	-
Lucro bruto do período		-	-	291	-
Receita (despesas) operacionais					
Despesas gerais e administrativas	24	(176)	-	(4.786)	-
Amortização do intangível	24	-	-	(1.589)	-
Honorários dos administradores	24	-	-	(26)	-
Outras receitas e (despesas) operacionais	24	-	-	(55.274)	-
Equivalência patrimonial	11	(41.259)	-	-	-
Lucro (Prejuízo) operacional		(41.435)	-	(61.384)	-
Receitas financeiras	25	-	-	-	-
Despesas financeiras	25	(1)	-	(266)	-
Resultado Financeiro		(1)	-	(266)	-
Lucro (Prejuízo) antes do imposto de renda e da contribuição social		(41.436)	-	(61.650)	-
Imposto de renda e contribuição social - corrente	26	-	-	(33)	-
Imposto de renda e contribuição social - diferido	26	-	-	20.247	-
Lucro (Prejuízo) do período		(41.436)	-	(41.436)	-
Atribuído aos acionistas controladores		-	-	(41.436)	-
Atribuído aos acionistas não controladores		-	-	-	-
Lucro (Prejuízo) por ação - R\$		(0,21)	-	(0,21)	-

As notas explicativas da Administração são parte integrante das informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas.

Demonstrações do resultado abrangente
Períodos findos em 30 de setembro de 2024 e 2023
(Em milhares de Reais)

	Controladora		Consolidado	
	01/01 a 30/09/2024	01/01 a 30/09/2023	01/01 a 30/09/2024	01/01 a 30/09/2023
Lucro (Prejuízo) do período	(41.436)	-	(41.436)	-
Total do resultado abrangente do período	<u>(41.436)</u>	<u>-</u>	<u>(41.436)</u>	<u>-</u>
Atribuível a				
Acionistas controladores	-	-	(41.436)	-

As notas explicativas da Administração são parte integrante das informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido
Em 30 de setembro de 2024 e 31 de dezembro de 2023
(Em milhares de Reais)

	Capital Social	AFAC	Prejuízos acumulados	Patrimônio líquido
Saldo em 31 de dezembro de 2023	1	-	-	1
Aumento de capital social	193.219	-	-	193.219
Constituição	-	68	-	68
Prejuízo do período	-	-	(41.436)	(41.436)
Saldo em 30 de setembro de 2024	193.220	68	(41.436)	151.852

As notas explicativas da Administração são parte integrante das informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas.

Demonstrações dos fluxos de caixa
Períodos findos em 30 de setembro de 2024 e 2023.
(Em milhares de Reais)

	Controladora		Consolidado	
	01/01 a 30/09/2024	01/01 a 30/09/2023	01/01 a 30/09/2024	01/01 a 30/09/2023
Fluxo de caixa das atividades operacionais				
Lucro (Prejuízo) antes do imposto de renda e contribuição social	(41.436)	-	(61.650)	-
Ajustes para reconciliar o prejuízo do período ao caixa proveniente das atividades operacionais				
Depreciação e amortização	-	-	2.267	-
Efeito líquido da baixa de imobilizado	-	-	55.274	-
Resultado de equivalência patrimonial	41.259	-	-	-
Empréstimos e financiamentos	-	-	564	-
IRPJ e CSLL corrente	-	-	(33)	-
IRPJ e CSLL diferido	-	-	20.247	-
	(177)	-	16.669	-
Redução (aumento) nos ativos operacionais:				
Estoques	-	-	(103)	-
Impostos a recuperar e outros créditos	-	-	(24.182)	-
Adiantamento a fornecedores	-	-	(56)	-
	-	-	(24.341)	-
Aumento (redução) nos passivos operacionais				
Fornecedores	20	-	2.057	-
Arrendamento por direito de uso	-	-	1.324	-
Salários, provisão férias e encargos sociais	-	-	181	-
Obrigações tributárias - Refis e outros impostos	-	-	1.961	-
Outras contas a pagar	1	-	26.975	-
	21	-	32.498	-
Caixa líquido consumido pelas atividades operacionais	(156)	-	24.826	-
Fluxo de caixa das atividades de investimentos				
Aquisições de ativos investimentos, imobilizado e intangível	(193.126)	-	(220.075)	-
Caixa líquido consumido pelas atividades de investimentos	(193.126)	-	(220.075)	-
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos				
Empréstimos e financiamentos	-	-	1.968	-
Aumento de capital social	193.219	-	193.219	-
AFAC	68	-	68	-
Caixa líquido gerado pelas atividades de financiamentos	193.287	-	195.255	-
Aumento (redução) líquida de caixa e equivalentes de caixa	5	-	6	-
Caixa e equivalentes de caixa no início do período	1	-	1	-
Caixa e equivalentes de caixa no final do período	6	-	7	-
Aumento (redução) líquida de caixa e equivalentes de caixa	5	-	6	-

As notas explicativas da Administração são parte integrante das informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas.

Demonstrações dos valores adicionados
Períodos findos em 30 de setembro de 2024 e 2023
(Em milhares de Reais)

	Controladora		Consolidado	
	01/01 a 30/09/2024	01/01 a 30/09/2023	01/01 a 30/09/2024	01/01 a 30/09/2023
1 - RECEITAS				
1 - Vendas de mercadorias, produtos e serviços	-	-	1.280	-
	-	-	1.280	-
2 - INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS				
2.1 - Custo venda de produtos e serviços.	-	-	(1)	-
2.2 - Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	(173)	-	(59.873)	-
	(173)	-	(59.874)	-
3 - VALOR ADICIONADO BRUTO (1 - 2)	(173)	-	(58.594)	-
4 - DEPRECIAÇÃO, AMORTIZAÇÃO E EXAUSTÃO	-	-	(2.267)	-
5 - VALOR ADICIONADO LIQUIDO PRODUZIDO (3 - 4)	(173)	-	(60.861)	-
6 - VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA				
6.1 - Resultado de equivalência patrimonial	(41.259)	-	-	-
7 - VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR (5 + 6)	(41.432)	-	(60.861)	-
8 - DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO				
8.1 - Pessoal - salários e encargos	-	-	470	-
8.2 - Impostos, taxas e contribuições	4	-	(19.913)	-
8.3 - Remuneração de capitais de terceiros	-	-	18	-
8.4 - Lucro (Prejuízo) do período	(41.436)	-	(41.436)	-
VALOR ADICIONADO DISTRIBUIDO	(41.432)	-	(60.861)	-

As notas explicativas da Administração são parte integrante das informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas.

1. Contexto operacional

1.1. Atividades das empresas do Grupo

A Azevedo & Travassos Energia S.A. (anteriormente denominada A&T Engenharia e manutenção S.A.) (“ATENERGIA” ou “Companhia”) é uma sociedade anônima de capital aberto domiciliada no Brasil. O endereço registrado do escritório da Companhia é Avenida das Nações Unidas, nº 12901, andar 21, apt 2102, parte A, Torre Norte - São Paulo - SP.

As informações contábeis da Companhia abrangem a Companhia e suas subsidiárias, conjuntamente referidas como “Grupo”.

A ATENERGIA tem como principais atividades a participação em outras sociedades, congêneres ou não, em qualquer modalidade e planejamento e execução de projetos e obras de engenharia civil em geral, em qualquer das modalidades econômicas previstas em lei.

A Azevedo & Travassos Petróleo S.A (“ATP”), subsidiária integral da ATENERGIA, tem como principais atividades a exploração e produção e comercialização de petróleo e seus derivados, gás natural e outros hidrocarbonatos fluidos, incluindo, as bacias sedimentares brasileiras as quais a ANP (Agência Nacional de Petróleo) tenha concedido licenças, bem como bacias sedimentares no exterior e participar de outras sociedade como sócia , acionista ou quotista no país ou no exterior.

A Phoenix Óleo e Gás Ltda (“Phoenix”), subsidiária integral da ATP, tem como principais atividade a exploração, produção e comercialização de petróleo e seus derivados, gás natural e outros hidrocarbonatos fluidos, sendo detentora dos direitos de concessão do Polo Periquito, que inclui os Campos: (i) Periquito; (ii) Periquito Norte; (iii) Periquito Nordeste; (iv) Concriz; e (v) Rio do Carmo, denominada “Campos”. E detentora dos direitos de concessão dos Blocos (vi) POT-T565 e (vii) POT-T610, denominado “Blocos”.

A Phoenix é a operadora e detém 100% de participação nos Campos e Blocos do Polo Periquito, situado na Bacia Potiguar, no Estado do Rio Grande do Norte.

Campos

(i) Periquito

Adquirido em 23/10/2019, o campo está localizado próximo a Mossoró/RN, é 100% detido pela Phoenix, e possui, aproximadamente, 5,5 milhões de barris de Volume de Óleo *In Place* (VOIP) e 214,4 milhões de m³ de Volume de Gás *in Place* (VGIP). Atualmente possui 9 poços perfurados, sendo 3 produtores e 1 parado temporariamente;

(ii) Periquito Norte

Adquirido em 23/10/2019, o campo está localizado próximo a Mossoró/RN, é 100% detido pela Phoenix, e possui, aproximadamente, 2,1 milhões de barris de Volume de Óleo *In Place* (VOIP) e 20,1 milhões de m³ de Volume de Gás *in Place* (VGIP). Atualmente possui 1 poço perfurado, parado temporariamente;

(iii) Periquito Nordeste

Adquirido em 23/10/2019, o campo está localizado próximo a Mossoró/RN, é 100% detido pela Phoenix, e possui, aproximadamente, 5,8 milhões de barris de Volume de Óleo *In Place* (VOIP) e 107,9 milhões de m³ de Volume de Gás *in Place* (VGIP). Atualmente possui 5 poços perfurados, sendo 1 produtor;

(iv) Concriz

Adquirido em 23/10/2019, o campo está localizado próximo a Mossoró/RN, é 100% detido pela Phoenix, e possui, aproximadamente, 4,9 milhões de barris de Volume de Óleo *In Place* (VOIP) e 57,5 milhões de m³ de Volume de Gás *in Place* (VGIP). Atualmente possui 3 poços perfurados, sendo 2 produtores;

(v) Rio do Carmo

Adquirido em 23/10/2019, o campo está localizado próximo a Mossoró/RN, é 100% detido pela Phoenix, e possui, aproximadamente, 170 mil barris de Volume de Óleo *In Place* (VOIP) e 3,1 milhões de m³ de Volume de Gás *in Place* (VGIP). Atualmente possui 1 poço produtor perfurado;

Blocos

(vi) POT-T-565

Contrato de Concessão assinado em 28/02/2020, o bloco está localizado próximo a Mossoró/RN, e é 100% detido pela Phoenix;

(vii) POT-T-610

Contrato de Concessão assinado em 28/02/2020, o bloco está localizado próximo a Mossoró/RN, e é 100% detido pela Phoenix.

Em 24/06/24, a ATP assinou um contrato de parceria comercial com a Petro-Victory Energia ("PVE"), uma empresa de exploração e produção de petróleo bruto e gás natural, que detém 100% dos interesses operacionais e de trabalho em 41 licenças no Brasil, totalizando 272.912 acres, nas Bacias Barreirinhas e Potiguar. As ações da empresa são negociadas na Bolsa de Valores de Toronto (TSXV) sob o símbolo VRY.

Notas explicativas da Administração às informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas
Períodos findos em 30 de setembro de 2024 e 2023
(Em milhares de Reais)

O acordo contempla planos de trabalhos que serão desenvolvidos em duas concessões da PVE localizadas na Bacia Potiguar, Campo de Andorinha e POTT-281. A ATP arcará com os recursos necessários para realização do plano de trabalho nos ativos, que consiste, a princípio, na perfuração e completação dos poços AND-4 e AND-5 no Campo de Andorinha e intervenção no poço CR-2 localizado no POT-T-281.

O contrato garante à ATP receber percentual dos lucros da operação, neste contexto, a parceria firmada entre as duas Companhias prevê que a ATP fará jus à 75,00% (setenta e cinco por cento) do resultado líquido gerado pela produção desses poços, até a devolução integral do CAPEX investido pela Companhia, e 50,00% (cinquenta por cento) dali em diante. O contrato de parceria para exploração do campo de Andorinha e o POTT-281 ainda conta com uma opção de compra dos referidos ativos pela ATP.

1.2.Relação de entidades controladas e coligadas

As informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas em 30 de setembro de 2024 incluem as seguintes empresas: ATENERGIA, ATP e PHOENIX.

	30/09/2024		31/12/2023	
	%	Controle	%	Controle
Azevedo & Travassos Petróleo S.A (ATP)	100,00	Direto	-	-
Phoenix Óleo e Gás Ltda (PHOENIX)	100,00	Indireto	-	-

Estratégia operacional

(i) Investir significativamente na melhoria da infraestrutura das Estações Coletoras e Poços nos campos detidos pela Phoenix, buscando: (i) aumentar a eficiência dos poços já produtores, (ii) retomar a produção nos poços que estão parados temporariamente e (iii) retomar a comercialização de gás natural;

(ii) Investimentos em CAPEX para perfuração de novos poços nos Campos detidos pela Phoenix, conforme previsto nos respectivos Planos de Desenvolvimento;

(iii) Realizar as ações necessárias para declarar comercialidade dos Blocos Exploratórios detidos pela Phoenix, com a finalidade de torná-los Campos Produtores;

(iv) Investir nos desenvolvimentos de Poços previstos na parceria comercial com a PVE e, caso esta parceria se prove benéfica para ambas as partes, buscar a ampliação para outros ativos;

Notas explicativas da Administração às informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas
Períodos findos em 30 de setembro de 2024 e 2023
(Em milhares de Reais)

(v) Aprimorar os processos de gestão das intervenções realizadas em poços, com o objetivo de racionalizar os custos e maximizar os resultados operacionais;

(vi) Acompanhar os indicadores de produtividade e *lifting cost* na produção de petróleo e gás natural das empresas para melhoria dos acompanhamentos do desempenho dos seus poços e que impactam a Gestão Financeira do Grupo;

(vii) Dar sequência ao plano de consolidação de micro e pequenos operadores de campos maduros terrestres até a participação em licitações para produção e exploração em áreas onshore disponibilizadas pela ANP.

2. Base de apresentação e elaboração das informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas.

2.1. Declaração de conformidade (com relação às normas do CPC e IFRS)

As informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas foram preparadas de acordo com o CPC 21 - “Demonstrações Intermediárias” e com as normas internacionais IAS 34 - “Interim Financial Reporting”, emitida pelo “*International Accounting Standard Board* (IASB)” e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM), aplicáveis à elaboração das informações intermediárias (ITR).

A preparação das informações trimestrais requer o uso de certas estimativas contábeis por parte da Administração da Companhia. As informações trimestrais foram elaboradas com base no custo histórico, como base de valor. O custo histórico geralmente é baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de ativos. Essas práticas foram aplicadas de modo consistente no exercício anterior apresentado.

As demais informações referentes às bases de elaboração, apresentação das informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas e resumo das principais práticas contábeis não sofreram alterações em relação àquelas divulgadas na Nota Explicativa nº 5 das demonstrações contábeis anuais individuais referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023 (doravante denominadas de “Demonstrações contábeis de 31 de dezembro de 2023”), divulgadas no site da CVM/B3 em 03 de setembro de 2024, com exceção das novas normas contábeis em vigor divulgadas na Nota Explicativa nº 5, no qual a Administração não identificou impactos em relação às práticas atuais utilizadas das informações contábeis individuais e consolidadas.

A autorização para a emissão destas informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas ocorreu na reunião do Conselho de Administração, realizada em 14 de novembro de 2024.

2.2. Base de consolidação

As informações contábeis consolidadas incluem as informações contábeis da Azevedo & Travassos Energia S.A. ("ATENERGIA") e de suas controladas direta e indireta Azevedo & Travassos Petróleo S/A. ("ATP") e Phoenix Óleo e Gás Ltda ("Phoenix").

O controle sobre essa empresa é obtido quando a Companhia tem o poder de controlar suas políticas financeiras e operacionais e tem a capacidade para auferir benefícios e estar exposta aos riscos de suas atividades. A controlada é integralmente consolidada a partir da data de aquisição, sendo está a data na qual a Companhia obtém controle, e continua a ser consolidada até a data em que o controle deixe de existir.

As práticas contábeis foram aplicadas de maneira uniforme na controlada incluída nas demonstrações contábeis consolidadas, consistentes com aquelas utilizadas no exercício anterior, e o exercício social dessa empresa coincide com o da Companhia.

Os saldos de ativos e passivos e as receitas e despesas e ganhos e perdas não realizados, oriundos de transações entre partes relacionadas, são eliminados por completo, quando aplicável. Uma mudança na participação sobre uma controlada que não resulta em perda de controle é contabilizada como uma transação entre acionistas, no patrimônio líquido.

O resultado do exercício e cada componente dos outros resultados abrangentes, reconhecidos diretamente no patrimônio líquido, são atribuídos aos proprietários da controladora e à participação dos não controladores. Perdas são atribuídas à participação de não controladores, mesmo que resultem em um saldo negativo.

2.3. Moeda funcional e moeda de apresentação

Os itens incluídos nas informações contábeis intermediárias de cada uma das empresas do Grupo são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico no qual o Grupo atua ("moeda funcional").

As informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas estão apresentadas em R\$ (Reais), que é a moeda funcional do Grupo e, também, a moeda funcional das demais controladas. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

3. Resumo das políticas contábeis materiais

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação e apresentação destas demonstrações contábeis intermediárias estão definidas abaixo. Essas políticas

foram aplicadas de modo consistente em todos os exercícios apresentados, salvo disposição em contrário:

3.1. Caixa e equivalentes de caixa

São representados por fundo fixo de caixa, recursos em contas bancárias de livre movimentação e por aplicações financeiras cujos saldos não diferem significativamente dos valores de mercado, com até 90 dias da data da aplicação ou considerados de liquidez imediata ou conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor, os quais são registrados pelos valores de custo acrescidos dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços, que não excedem o seu valor de mercado ou de realização.

3.2. Instrumentos financeiros

3.2.1. Ativos financeiros

Reconhecimento e mensuração

O contas a receber de clientes são reconhecidos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando o Grupo se tornar parte das disposições contratuais do instrumento.

Classificação e mensuração subsequentes

No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado ao custo amortizado ou ao VJR.

Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que o Grupo mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios. Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR:

- É mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e
- Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

Todos os ativos financeiros não classificados como mensurados ao custo amortizado, conforme descrito acima, são classificados como ao VJR. No

Notas explicativas da Administração às informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas
Períodos findos em 30 de setembro de 2024 e 2023
(Em milhares de Reais)

reconhecimento inicial, o Grupo pode designar de forma irrevogável um ativo financeiro que de outra forma atenda aos requisitos para ser mensurado ao custo amortizado como ao VJR se isso eliminar ou reduzir significativamente um descasamento contábil que de outra forma surgiria.

Ativos financeiros a VJR	Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado.
Ativos financeiros a custo amortizado	Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por <i>impairment</i> . A receita de juros e o <i>impairment</i> são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado.

Desreconhecimento

O Grupo desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando o Grupo transfere os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos ou na qual o Grupo nem transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro.

3.2.2. Passivos financeiros

Classificação, mensuração subsequente e ganhos e perdas

Os passivos financeiros foram classificados como mensurados ao custo amortizado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. A despesa de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também é reconhecido no resultado.

Desreconhecimento

O Grupo desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expira. O Grupo também desreconhece um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo

financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo.

Compensação

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, o Grupo tenha atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

3.3. Estoques de óleo e gás

Os estoques são avaliados ao custo ou valor realizável líquido - dos dois, o menor. Os custos incorridos para levar o produto à sua localização e condição são mensurados pelo seu custo médio ponderado de aquisição ou de produção.

O valor líquido realizável corresponde ao preço de venda estimado dos estoques, deduzido de todos os custos estimados para conclusão e custos necessários para realizar a venda.

Os estoques de petróleo podem ser comercializados em estado bruto.

3.4. Imobilizado

Registrado ao custo de aquisição, formação ou construção, deduzidos das depreciações e perdas por redução ao valor recuperável acumuladas.

São registrados como parte dos custos das imobilizações em andamento os honorários profissionais e, no caso de ativos qualificáveis, os custos de empréstimos capitalizados de acordo com a política contábil da Companhia e suas controladas. Tais imobilizações são classificadas nas categorias adequadas do imobilizado quando concluídas e prontas para o uso pretendido. A depreciação desses ativos inicia-se quando eles estão prontos para o uso pretendido na mesma base dos outros ativos imobilizados.

Custos incorridos antes da obtenção das concessões e gastos com estudos e pesquisas geológicas e geofísicas são lançados ao resultado quando incorridos.

Os gastos com a exploração e avaliação diretamente associados ao poço exploratório são capitalizados como ativos de exploração e avaliação até que a perfuração do poço é completada e seus resultados avaliados. Esses custos incluem salários de empregados, materiais e combustíveis utilizados, custo com aluguel de sonda e outros custos incorridos com terceiros.

A depreciação é reconhecida com base na vida útil estimada de cada ativo pelo método linear, de modo que o valor do custo menos o seu valor residual após sua vida útil seja integralmente baixado (exceto para terrenos e construções em andamento). A vida útil estimada, os valores residuais e os métodos de depreciação são revisados no fim da data do balanço patrimonial e o efeito de quaisquer mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente.

Ativos mantidos por meio de arrendamento financeiro são depreciados pela vida útil esperada da mesma forma que os ativos próprios ou por um período inferior, se aplicável, conforme termos do contrato de arrendamento em questão.

Um item de imobilizado é baixado após alienação ou quando não há benefícios econômicos futuros resultantes do uso contínuo do ativo. Quaisquer ganhos ou perdas resultantes na venda ou baixa do ativo (calculado como sendo a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo) são incluídos na demonstração do resultado, no exercício em que o ativo for baixado.

3.5. Ativo intangível

Ativos intangíveis adquiridos separadamente são mensurados no reconhecimento inicial ao custo de aquisição e, posteriormente, deduzidos da amortização acumulada e perdas do valor recuperável, quando aplicável.

Os gastos subsequentes são capitalizados somente quando eles aumentam os benefícios econômicos futuros incorporados ao ativo específico aos quais se relacionam.

Os ativos intangíveis com vida útil definida são amortizados de acordo com sua vida útil econômica estimada e, quando são identificadas indicações de perda de seu valor recuperável, submetidos a teste para análise de perda no seu valor recuperável.

Os ativos intangíveis correlatos à aquisição das concessões de direito de exploração e produção de petróleo e gás são amortizados pelo método linear baseado no prazo do direito de exploração e na vida útil estimada dos poços.

3.6. Investimentos e base de consolidação

As informações contábeis intermediária consolidadas incluem as informações contábeis da Companhia e de entidades controladas diretamente pela Companhia ou indiretamente através de suas controladas. O controle é obtido quando a Companhia:

- Tem poder sobre a investida;
- Está exposta, ou tem direito, a retornos variáveis decorrentes de seu envolvimento com a investida;

Notas explicativas da Administração às informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas
Períodos findos em 30 de setembro de 2024 e 2023
(Em milhares de Reais)

- Tem a capacidade de usar esse poder para afetar seus retornos.

A Companhia reavalia se retém ou não o controle de uma investida se fatos e circunstâncias indicarem a ocorrência de alterações em um ou mais de um dos três elementos de controle relacionados anteriormente.

Quando a Companhia não detém a maioria dos direitos de voto em uma investida, ela terá o poder sobre a investida quando os direitos de voto forem suficientes para capacitá-la na prática a conduzir as atividades relevantes da investida de forma unilateral. Ao avaliar se os direitos de voto da Companhia em uma investida são suficientes para lhe conferirem poder, a Companhia considera todos os fatos e circunstâncias relevantes, incluindo:

- A dimensão da participação da Companhia em termos de direitos de voto em relação à dimensão e dispersão das participações dos outros detentores de direitos de voto;
- Direitos de voto em potencial detidos pela Companhia, por outros detentores de direitos de voto ou por outras partes;
- Direitos decorrentes de outros acordos contratuais;
- Quaisquer fatos e circunstâncias adicionais que indiquem que a Companhia tem, ou não tem, a capacidade de conduzir as atividades relevantes no momento em que as decisões precisam ser tomadas, incluindo padrões de votação em assembleias anteriores.

A consolidação de uma controlada começa quando a Companhia obtém o controle sobre a controlada e termina quando a Companhia perde o controle sobre a controlada. Especificamente, as receitas e despesas de uma controlada adquirida ou alienada durante o exercício são incluídas na demonstração do resultado e outros resultados abrangentes a partir da data em que a Companhia obtém o controle até a data em que a Companhia deixa de controlar a controlada.

O resultado e cada componente de outros resultados abrangentes são atribuídos aos proprietários da Companhia e às participações não controladoras. O resultado abrangente total das controladas é atribuído aos proprietários da Companhia e às participações não controladoras, mesmo se isso gerar saldo negativo para as participações não controladoras.

Quando necessário, as demonstrações contábeis das controladas são ajustadas para adequar suas políticas contábeis àsquelas estabelecidas pelo Grupo.

Todas as transações, saldos, receitas e despesas entre as entidades do Grupo são eliminados integralmente nas demonstrações contábeis consolidadas.

Nas informações contábeis individuais da Companhia as informações contábeis das controladas e dos empreendimentos controlados em conjunto são reconhecidas através do método de equivalência patrimonial.

3.7. Imposto de renda e contribuição social

A provisão para imposto sobre a renda está baseada no lucro tributável do exercício. O lucro tributável difere do lucro apresentado na demonstração do resultado, porque exclui receitas ou despesas tributáveis ou dedutíveis em outros exercícios, além de excluir itens não tributáveis ou não dedutíveis de forma permanente. A provisão para imposto sobre a renda é calculada individualmente por cada entidade do Grupo com base nas alíquotas vigentes no fim do exercício.

3.8. Imposto de renda e contribuição social diferidos

O imposto sobre a renda diferido ("imposto diferido") é reconhecido sobre as diferenças temporárias no final de cada exercício entre os saldos de ativos e passivos reconhecidos nas demonstrações contábeis e as bases fiscais correspondentes usadas na apuração do lucro tributável, incluindo saldo de prejuízos fiscais e base negativa, quando aplicável.

Os impostos diferidos passivos são geralmente reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias tributáveis e os impostos diferidos ativos são reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias dedutíveis, apenas quando for provável que a Companhia apresentará lucro tributável futuro em montante suficiente para que tais diferenças temporárias dedutíveis possam ser utilizadas. Os impostos diferidos ativos ou passivos não são reconhecidos sobre diferenças temporárias resultantes de ágio ou de reconhecimento inicial (exceto para combinação de negócios, se aplicável) de outros ativos e passivos em uma transação que não afete o lucro tributável, nem o lucro contábil.

A recuperação do saldo dos impostos diferidos ativos é revisada no final de cada exercício e, quando não for mais provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis para permitir a recuperação de todo o ativo, ou parte dele, o saldo do ativo é ajustado pelo montante que se espera que seja recuperado.

Impostos diferidos ativos e passivos são mensurados pelas alíquotas aplicáveis no período no qual se espera que o passivo seja liquidado ou o ativo seja realizado, com base nas alíquotas previstas na legislação tributária vigente no final de cada exercício, ou quando uma nova legislação tiver sido substancialmente aprovada.

Os impostos diferidos ativos e passivos são compensados, considerando a apuração por entidade, apenas quando há o direito legal de compensar o ativo fiscal corrente com o passivo fiscal corrente e quando eles estão relacionados aos impostos administrados pela mesma autoridade fiscal e o Grupo pretende liquidar o valor líquido dos seus ativos e passivos fiscais correntes.

3.9. Outros ativos e passivos

Um ativo é reconhecido no balanço quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados em favor da Companhia e de suas controladas e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança.

Um passivo é reconhecido no balanço quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo, e demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos, variações monetárias e/ou cambiais incorridas até a data do balanço patrimonial.

3.10. Ativos, passivos contingentes e obrigações legais

As práticas contábeis para registro e divulgação de ativos e passivos contingentes e obrigações legais são as seguintes:

(i) Ativos contingentes são reconhecidos somente quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, transitadas em julgado. Os ativos contingentes com êxitos prováveis são apenas divulgados em nota explicativa;

(ii) Passivos contingentes são provisionados, quando as perdas forem avaliadas como prováveis e os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes avaliados como de perdas possíveis são apenas divulgados em nota explicativa e os passivos contingentes avaliados como de perdas remotas não são provisionados e nem divulgados;

(iii) Obrigações legais são registradas como exigíveis, independente da avaliação sobre as probabilidades de êxito, de processos em que a Companhia questionou a inconstitucionalidade de tributos.

3.11. Distinção entre ativos e passivos circulantes e não circulantes

A distinção entre circulante e não circulante é baseada no ciclo operacional ou de ativos realizados e passivos liquidados dentro desse mesmo ciclo. A norma define o ciclo operacional como o tempo entre a aquisição dos ativos que circulam continuamente (capital de giro) e sua realização em caixa. A Companhia e suas controladas adotam o prazo de 12 meses como ciclo operacional.

3.12. Distribuição de dividendos e juros sobre capital próprio

A distribuição de dividendos e juros sobre capital próprio para os acionistas da Companhia, quando aplicável, é reconhecida como um passivo nas demonstrações contábeis ao final do exercício, com base no dividendo mínimo definido no estatuto social da Companhia. Qualquer valor acima do mínimo

obrigatório somente é provisionado na data em que são aprovados pelos acionistas, em Assembleia Geral.

3.13. Ajuste a valor presente de ativos e passivos

Os ativos e passivos monetários de longo prazo são ajustados pelo seu valor presente, e os de curto prazo, somente quando o efeito é considerado relevante em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

O ajuste ao valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita, e em certos casos implícita, dos respectivos ativos e passivos. Dessa forma, os juros embutidos nas receitas, despesas e custos associados a esses ativos e passivos são descontados com o intuito de reconhecê-los em conformidade com o regime de competência. Posteriormente, esses juros são realocados nas linhas de despesas e receitas financeiras no resultado por meio da utilização do método da taxa efetiva de juros em relação aos fluxos de caixa contratuais.

3.14. Reconhecimento da receita

Reconhecimento da receita conforme o IFRS 15 (CPC 47) que estabelece uma estrutura abrangente para determinar se e quando uma receita é reconhecida e por quanto a receita é mensurada. A receita é reconhecida quando o cliente obtém o controle dos bens ou serviços.

As receitas da Companhia são oriundas majoritariamente de vendas de óleo, gás e derivados. A receita é mensurada com base na contraprestação especificada no contrato com o cliente e é reconhecida se:

- (i) os riscos e benefícios mais significativos inerentes à propriedade dos bens forem transferidos para o comprador;
- (ii) for provável que benefícios econômico-financeiros fluirão para a Companhia;
- (iii) os custos associados e a possível devolução de produtos puderem ser estimados de maneira confiável;
- (iv) não haja envolvimento contínuo com os produtos vendidos; e
- (v) o valor da receita possa ser mensurado de forma confiável. A receita é mensurada líquida de devoluções e descontos comerciais, quando aplicável.

A Companhia reconhece suas receitas quando (ou à medida que) satisfaz sua obrigação de desempenho, transferindo o bem ou pela prestação de serviço prometido ao cliente.

3.15. Arrendamentos

A Companhia avalia, na data de início do contrato, se esse contrato é ou contém um arrendamento. Ou seja, se o contrato transmite o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período em troca de contraprestação. A Companhia aplica uma única abordagem de reconhecimento e mensuração para todos os arrendamentos, exceto para arrendamentos de curto prazo e arrendamentos de ativos de baixo valor.

A Companhia reconhece os passivos de arrendamento para efetuar pagamentos de arrendamento e ativos de direito de uso que representam o direito de uso dos ativos subjacentes.

Ativos de direito de uso

A Companhia reconhece os ativos de direito de uso na data de início do arrendamento (ou seja, na data em que o ativo subjacente está disponível para uso). Os ativos de direito de uso são mensurados ao custo, deduzidos de qualquer depreciação acumulada e perdas por redução ao valor recuperável, e ajustados por qualquer nova remensuração dos passivos de arrendamento. O custo dos ativos de direito de uso inclui o valor dos passivos de arrendamento reconhecidos, custos diretos iniciais incorridos e pagamentos de arrendamentos realizados até a data de início, menos os eventuais incentivos de arrendamento recebidos. Os ativos de direito de uso são depreciados linearmente, pelo menor período entre o prazo do arrendamento e a vida útil estimada dos ativos.

Passivos de arrendamento

Na data de início do arrendamento, a Companhia reconhece os passivos de arrendamento mensurados pelo valor presente dos pagamentos do arrendamento a serem realizados durante o prazo do arrendamento. Os pagamentos do arrendamento incluem pagamentos fixos menos quaisquer incentivos de arrendamento a receber, pagamentos variáveis de arrendamento que dependem de um índice ou taxa, e valores esperados a serem pagos sob garantias de valor residual. Ao calcular o valor presente dos pagamentos do arrendamento, a Companhia usa a sua taxa de empréstimo incremental na data de início porque a taxa de juro implícita no arrendamento não é facilmente determinável. Após a data de início, o valor do passivo de arrendamento é aumentado para refletir o acréscimo de juros e reduzido para os pagamentos de arrendamento efetuados. Além disso, o valor contábil dos passivos de arrendamento é remensurado se houver uma modificação, uma mudança no prazo do arrendamento, uma alteração nos pagamentos do arrendamento ou uma alteração na avaliação de uma opção de compra do ativo subjacente.

Arrendamentos de curto prazo e de ativos de baixo valor

A Companhia aplica a isenção de reconhecimento de arrendamento de curto prazo a seus arrendamentos de curto prazo de máquinas e equipamentos (ou seja, arrendamentos cujo prazo de arrendamento seja igual ou inferior a 12 meses a partir da data de início e que não contenham opção de compra). Também aplica a concessão de isenção de reconhecimento de ativos de baixo valor a arrendamentos de equipamentos de escritório considerados de baixo valor. Os pagamentos de arrendamento de curto prazo e de arrendamentos de ativos de baixo valor são reconhecidos como despesa pelo método linear ao longo do prazo do arrendamento.

3.16. Combinação de Negócios

Combinações de negócio são registradas pelo método de aquisição quando o conjunto de atividades e ativos adquiridos atende à definição de um negócio e o controle é transferido para a Companhia. Na determinação se um conjunto de atividades e ativos se caracteriza como um negócio, a Companhia avalia se o conjunto de ativos e atividades adquiridos contribuem, significativamente, para a capacidade de gerar output.

A contraprestação transferida é geralmente mensurada ao valor justo, assim como os ativos líquidos identificáveis adquiridos. Eventual ágio gerado na transação é testado anualmente para avaliação de perda por redução ao valor recuperável. Ganhos em uma compra vantajosa são reconhecidos imediatamente no resultado. Os custos da transação são registrados no resultado conforme incorridos, exceto os custos relacionados à emissão de instrumentos de dívida ou patrimônio.

Qualquer contraprestação contingente a pagar é mensurada pelo seu valor justo na data de aquisição, quando presentes todos os elementos de mensuração. As contraprestações contingentes são remensuradas ao valor justo em cada data de relatório e as alterações subsequentes ao valor justo são registradas no resultado do exercício.

3.17. Demonstrações do Valor Adicionado (DVA)

A apresentação da demonstração do valor adicionado (DVA), individual e consolidada, é requerida pela legislação societária brasileira e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às companhias abertas.

3.18. Demonstrações dos Fluxos de Caixa (DFC)

As demonstrações dos fluxos de caixa foram preparadas pelo método indireto e estão sendo apresentadas de acordo com o pronunciamento CPC 03 (R2) – Demonstração dos Fluxos de Caixa (IAS 7).

3.19. Resultado básico e diluído por ação

O resultado por ação básico e diluído é calculado por meio do resultado do período atribuível aos acionistas da Companhia e a média ponderada das ações ordinárias no respectivo exercício, considerando, quando aplicável, ajustes de desdobramento ocorridos no exercício ou nos eventos subsequentes na preparação das informações contábeis intermediárias.

4. Estimativas e premissas contábeis significativas

Na aplicação das práticas contábeis, a Administração deve fazer julgamentos e elaborar estimativas a respeito dos valores contábeis dos ativos e passivos para os quais não são facilmente obtidos de outras fontes. As estimativas e as respectivas premissas estão baseadas na experiência histórica e em outros fatores considerados relevantes. Os resultados efetivos podem diferir dessas estimativas. As estimativas e premissas subjacentes são revisadas continuamente. Os efeitos decorrentes das revisões feitas às estimativas contábeis são reconhecidos no período em que as estimativas são revistas, se a revisão afetar apenas este período ou também em períodos posteriores, se a revisão afetar tanto o período presente como períodos futuros. A seguir são apresentados os principais julgamentos e estimativas contábeis:

4.1. Vida útil dos bens do imobilizado e intangível

Quando existe a necessidade, a Companhia revisa a vida útil estimada, valor residual e método de depreciação ou amortização dos bens do imobilizado e intangível no final de cada período de relatório.

4.2. Perda de créditos esperada

A perda de créditos esperada é constituída para levar as contas a receber de clientes ao seu valor de recuperação com base na análise individual dos créditos existentes. A Companhia adota o critério de provisionar a totalidade dos créditos considerados de difícil realização, e reconhecem imediatamente como perda no resultado aqueles considerados como incobráveis.

4.3. Valor justo de instrumentos financeiros

Quando o valor justo de ativos e passivos financeiros apresentados no balanço patrimonial não puder ser obtido em mercado de ativos, ele é determinado utilizando técnicas de avaliação, incluindo o método do fluxo de caixa descontado. Os dados para esses métodos se baseiam naqueles praticados no mercado, quando possível; contudo, quando isso não for viável, julgamento é requerido para estabelecer o valor justo. O julgamento inclui considerações sobre os dados utilizados como, por exemplo, taxa de juros, risco de liquidez, risco de crédito e volatilidade. Mudanças nas premissas sobre esses fatores poderiam afetar o valor

Notas explicativas da Administração às informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas
Períodos findos em 30 de setembro de 2024 e 2023
(Em milhares de Reais)

justo apresentado dos instrumentos financeiros.

4.4. Impostos

Existem incertezas em relação à interpretação de regulamentos tributários complexos e ao valor e época de resultados tributáveis futuros. O Grupo está sujeito, no curso normal dos nossos negócios, a investigações, auditorias, processos judiciais e procedimentos administrativos em matérias tributária e trabalhista. Dependendo do objeto das investigações, processos judiciais ou procedimentos administrativos que seja movido contra a Companhia, esta pode ser adversamente afetados, independentemente do respectivo resultado.

5. Novos pronunciamentos técnicos adotados

Para as seguintes normas ou alterações a Administração não identificou impactos significativos nas informações contábeis intermediárias da Companhia, a saber:

- a) Alteração na norma IAS 8/CPC 23 – altera a definição de estimativa contábil, que passou a ser considerada como “valores monetários nas demonstrações contábeis sujeitos à incerteza na mensuração”, efetiva para períodos iniciados em ou após 01/01/2023;
- b) Alteração na Norma IAS 12/CPC 32 – traz exceção adicional da isenção de reconhecimento inicial do imposto diferido relacionado a ativo e passivo resultante de uma única transação, efetiva para períodos iniciados em ou após 1º de janeiro de 2023;
- c) Alteração na Norma IAS 1/CPC 26 – divulgação de políticas contábeis. Em fevereiro de 2021, o IASB divulgou alterações à IAS 1, que alteram os requisitos de divulgação no que diz respeito às políticas contábeis substituindo o termo “políticas contábeis significativas” por “informações materiais sobre políticas contábeis”. As alterações fornecem orientações sobre quando é provável que as informações sobre a política contábil devem ser consideradas relevantes. As alterações à IAS 1 são efetivas para os períodos de relatório anual iniciados em ou após 1º de janeiro de 2023, com aplicação anterior permitida.
- d) Alteração na Norma IFRS 17/CPC 50 – inclui esclarecimentos de aspectos referentes a contratos de seguros, efetiva para períodos iniciados em ou após 1º de janeiro de 2023;
- e) Alteração na Norma IFRS 16/CPC 06 – trata da responsabilidade em um retro arrendamento, efetiva para períodos iniciados em ou após 1º de janeiro de 2024;
- f) Alteração na Norma IAS 1/CPC 26 - Classificação de passivos como Circulante ou Não-circulante - esta alteração esclarece aspectos a serem considerados para a classificação de passivos como circulante e não-circulante, efetiva para

Notas explicativas da Administração às informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas
Períodos findos em 30 de setembro de 2024 e 2023
(Em milhares de Reais)

períodos iniciados em ou após 1º de janeiro de 2024.

A Companhia não acredita que as alterações à IAS 1, na sua forma atual, terão um impacto significativo na classificação de seus passivos, uma vez que o recurso de conversão em seus instrumentos de dívida conversível é classificado como um instrumento patrimonial e, portanto, não afeta a classificação de sua dívida conversível como passivo não circulante.

6. Caixa e equivalentes de caixa

	Controladora		Consolidado	
	30/09/2024	31/12/2023	30/09/2024	31/12/2023
Caixa	-	1	-	1
Banco conta movimento	6	-	6	-
Aplicações financeiras	-	-	1	-
	<u>6</u>	<u>1</u>	<u>7</u>	<u>1</u>

O saldo de caixa e bancos compreendem os depósitos em conta corrente disponíveis para uso imediato e os referidos saldos decorrem da estratégia e do fluxo normal das operações do Grupo.

São classificadas pela Administração da Companhia, suas controladas e controladas em conjunto na rubrica “Caixa e equivalentes de caixa”, que representam dinheiro em caixa, depósitos imediatamente resgatáveis e de curto prazo de alta liquidez, que são prontamente conversíveis em montante conhecido de caixa e estão sujeitas a insignificante risco de alteração de valor.

7. Estoques

	Controladora		Consolidado	
	30/09/2024	31/12/2023	30/09/2024	31/12/2023
Petróleo bruto (i)	-	-	100	-
Material de consumo (ii)	-	-	3	-
	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>103</u>	<u>-</u>

- (i) Refere-se ao estoque de petróleo produzido pelo campo Periquito e Campo Concriz / POT 565.
- (ii) Refere-se ao estoque de materiais e insumos para uso na operação e manutenção dos equipamentos dos poços.

Notas explicativas da Administração às informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas
Períodos findos em 30 de setembro de 2024 e 2023
(Em milhares de Reais)

8. Adiantamento a fornecedores

	Controladora		Consolidado	
	30/09/2024	31/12/2023	30/09/2024	31/12/2023
Fornecedores nacionais	-	-	56	-
	-	-	56	-

9. Impostos a recuperar

	Controladora		Consolidado	
	30/09/2024	31/12/2023	30/09/2024	31/12/2023
ICMS	-	-	5	-
PIS/COFINS	-	-	12	-
IRPJ/CSLL	-	-	4	-
	-	-	21	-

10. Outras contas a receber

	Controladora		Consolidado	
	30/09/2024	31/12/2023	30/09/2024	31/12/2023
Partes relacionadas (Nota 14)	-	-	66	-
Depósito Superficial (i)	-	-	2	-
Petro Victory Energia Ltda (ii)	-	-	2.559	-
Drake Engenharia (iii)	-	-	1.274	-
	-	-	3.901	-
Circulante	-	-	-	-
Não circulante	-	-	3.901	-

- (i) São valores depositados em contas bancárias na Caixa Econômica Federal com a finalidade de remunerar os superficiários (proprietários do solo onde se encontram os poços) enquanto aguarda a aprovação junto à Agência Nacional de Petróleo (ANP).
- (ii) São valores pagos à Petro Victory Energia com base no contrato de opção e cessão de participação.

Em 22 de junho de 2024, A Azevedo Travassos Petróleo (ATP) celebrou um contrato com a Petro Victory Energy de opção e cessão de participação que estabelece o compromisso de investimento da ATP no campo de Andorinha e o POTT 281, possuindo como contrapartida, além da opção de compra de no mínimo 50% dos poços, a garantia do recebimento de 75% (setenta e cinco por

Notas explicativas da Administração às informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas**Períodos findos em 30 de setembro de 2024 e 2023****(Em milhares de Reais)**

cento) do resultado líquido gerado pela produção desses poços, até a devolução integral do CAPEX investido pela Companhia, e 50,00% (cinquenta por cento) dali em diante.

O compromisso de investimento da ATP consiste nas seguintes parcelas: (i) o ressarcimento das despesas já incorridas pela Petro Victory nos poços que serão perfurados dentro dos Planos de Trabalho (incluindo revestimentos, equipamentos de superfície e subsuperfície, ferramentas, consumíveis e todas as demais despesas) diretamente incorridas na execução desses poços e devidamente comprovadas pela Petro Victory no valor máximo de R\$ 4.000.000,00 (quatro milhões de reais); (ii) as despesas com bens e serviços que serão necessários para a conclusão dos Planos de Trabalho do campo de Andorinha e o POTT 281 que estão em fase de elaboração de orçamento e cronograma.

11. Investimentos

Os investimentos permanentes estão enquadrados como controladas com influência significativa e, portanto, são avaliados pelo método de equivalência patrimonial.

(a) Composição do investimento

	Controladora	
	30/09/2024	31/12/2023
Azevedo & Travassos Petróleo S/A.	151.866	-
Total investimento	151.866	-

(b) Contexto operacional da empresa investida**Azevedo & Travassos Petróleo S/A.**

Azevedo & Petróleo S/A. ("ATP"), sociedade empresarial do tipo anônima com capital fechado, com sede em São Paulo, Estado de São Paulo, localizada na Avenida das Nações Unidas, 12901, 21 andar – conj. 2102 – Sala 01 -Torre Norte – Brooklin Paulista, e cujo objeto social da Companhia é explorar, produzir e comercializar petróleo e seus derivados, gás natural e outros hidrocarbonetos fluidos, incluindo, sem limitação, as bacias sedimentares brasileiras as quais as quais a Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis – ANP ("ANP") tenha concedido licenças, bem como bacias sedimentares no exterior;

Notas explicativas da Administração às informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas
Períodos findos em 30 de setembro de 2024 e 2023
(Em milhares de Reais)

(b) realizar a importação e exportação de petróleo quaisquer derivados assim produzidos e (c) participar de outras sociedade como sócia , acionista ou quotista no país ou no exterior, que atuem em atividades relacionadas ao objeto social da Companhia.

O capital social, subscrito e integralizado da Azevedo e Petróleo S/A é composto, em 30 de setembro de 2024, de R\$ 193.218.201,11 dividido em 193.218.201 ações.

(c) Movimentação da investida

	Controladora
	ATP
Saldo final em 31/12/2023	-
Aquisição de investimento	193.125
Resultado de equivalência patrimonial	(41.259)
Saldo final em 30/09/2024	151.866

(d) Informações sobre a empresa investida:

	ATP	
	30/09/2024	31/12/2023
Participação	100,00%	100,00%
Ativo	180.128	-
Passivo	28.262	-
Patrimônio Líquido	193.125	-
Lucro Líquido (Prejuízo) do período	(41.259)	-

Notas explicativas da Administração às informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas
Períodos findos em 30 de setembro de 2024 e 2023
(Em milhares de Reais)

12. Imobilizado

Os saldos e movimentações ocorridas no período findo em 30 de setembro de 2024 e 31 de dezembro de 2023 estão demonstrados a seguir:

							Consolidado
Descrição	Poços	Máquinas e equipamentos	Veículos	Móveis e utensílios	Equipamentos de informática	Direitos de uso arrendamentos	Total
Custo:							
Saldo em 31/12/2023	-	-	-	-	-	-	-
Adições	13.107	863	106	14	99	1.557	15.746
Baixas							-
Saldo em 30/09/2024	13.107	863	106	14	99	1.557	15.746
Depreciação acumulada:							
Vida útil (anos)	15 a 27	10	5	10	5	5	
Saldo em 31/12/2023	-	-	-	-	-	-	-
Adições	(2.347)	(523)	(106)	(7)	(76)	-	(3.059)
Despesa de depreciação do período	(152)	(26)	-	(1)	(2)	(130)	(311)
Saldo em 30/09/2024	(2.499)	(549)	(106)	(8)	(78)	(130)	(3.370)
Imobilizado líquido em 31/12/2023	-	-	-	-	-	-	-
Saldo em 30/09/2024	10.608	314	-	6	21	1.427	12.376

Notas explicativas da Administração às informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas
Períodos findos em 30 de setembro de 2024 e 2023
(Em milhares de Reais)

13. Intangível

Descrição	Gastos Exploratórios	Concessão de Direito	Consolidado
			Total
<u>Custo:</u>			
Saldo em 31/12/2023	-	-	-
Adições	16.176	146.236	162.412
Saldo em 30/09/2024	16.176	146.236	162.412
<u>Amortização acumulada:</u>			
Vida útil (anos)	15 a 27	15 a 27	
Saldo em 31/12/2023	-	-	-
Adições	(8.257)	(2.153)	(10.410)
Despesa de amortização no período	(255)	(1.589)	(1.844)
Saldo em 30/09/2024	(8.512)	(3.742)	(12.254)
Saldo Líquido em 31/12/2023	-	-	-
Saldo Líquido em 30/09/2024	7.664	142.494	150.158

Em 17 de junho de 2024, a Azevedo Travassos Petróleo adquiriu a participação de 100% das quotas da Phoenix, empresa detentora dos direitos de concessão de exploração e produção de petróleo e gás. O valor da transação considerando ajustes e os pagamentos diferido foi de 157.628 mil, divididos em (i) 7.500 mil (sete milhões e quinhentos mil reais) em moeda corrente nacional, a serem pagos em 9 parcelas até dezembro de 2026; (ii) 8.833 mil (oito milhões oitocentos e trinta e três mil) pela assunção da integralidade dos passivos financeiros da Sociedade; (iii) 129.800 mil (cento e vinte e nove milhões e oitocentos mil de reais) mediante permuta imobiliária e (d) 11.495 mil (onze milhões e quatrocentos e noventa e cinco mil) referente à parcela variável (earn-out) condicionada ao atingimento de metas de lucratividade pela Phoenix.

Os ativos intangíveis oriundos da aquisição da Phoenix, foram registrados pelo valor contábil na aquisição, e não foram objetos de avaliação de impairment anuais.

Notas explicativas da Administração às informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas
Períodos findos em 30 de setembro de 2024 e 2023
(Em milhares de Reais)

14. Transações com partes relacionadas

Trata-se substancialmente da transferência de recursos financeiros entre a Controladora e suas subsidiárias integrais para liquidação de passivos e manutenção do caixa administrativo ou transações com acionistas.

As transações com partes relacionadas estão divulgadas a seguir:

(a) Transações entre partes relacionadas reconhecidas no ativo e no passivo

	Controladora		Consolidado	
	30/09/2024	31/12/2023	30/09/2024	31/12/2023
Outras contas a receber com empresas do Grupo (nota 10)				
Azevedo e Travassos S.A.	-	-	66	-
	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>66</u>	<u>-</u>
Outros contas a pagar com acionistas e empresas do Grupo (nota 20)				
Azevedo e Travassos S.A.	-	-	(3.374)	-
Acionistas não controladores	-	-	(3.348)	-
	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(6.722)</u>	<u>-</u>
Ativo (Passivo) com partes relacionadas, líquido.	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(6.656)</u>	<u>-</u>

(b) Transações entre partes relacionadas com efeito no resultado

Com base nas transações existentes não existiram impactos no resultado do período de 30 setembro de 2024 e no resultado do ano de 2023, bem como não se espera perdas com relação aos saldos em aberto.

(c) Remuneração da Administração

Em 30 de setembro de 2024, as despesas com a remuneração do pessoal-chave da Administração, o que inclui o Conselho de Administração, Conselho Fiscal e Diretoria Executiva, reconhecidas no resultado do período, totalizam R\$ 26 nas informações contábeis intermediárias consolidadas, conforme demonstrado em nota explicativa 24.

Notas explicativas da Administração às informações contábeis intermediárias
individuais e consolidadas
Períodos findos em 30 de setembro de 2024 e 2023
(Em milhares de Reais)

15. Fornecedores

	Controladora		Consolidado	
	30/09/2024	31/12/2023	30/09/2024	31/12/2023
Materiais	-	-	139	-
Serviços	20	-	1.918	-
	20	-	2.057	-

O saldo de fornecedores é composto por fornecedores nacionais, principalmente, de materiais de consumo e locações para utilização nas execuções das obras.

Notas explicativas da Administração às informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas
Períodos findos em 30 de setembro de 2024 e 2023
(Em milhares de Reais)

17. Arrendamento por Direito de Uso

Refere-se aos compromissos assumidos em contratos de locação de equipamentos da Companhia.

	Controladora	Consolidado
Saldo em 31 de dezembro de 2023	-	-
(+) Aquisição	-	1.324
Saldo em 30 de setembro de 2024	-	1.324
Circulante	-	582
Não circulante	-	742

O ajuste a valor presente relacionado aos contratos de arrendamento por direito de uso é calculado individualmente por contrato e aplicado durante sua vigência, considerando o prazo de vencimento.

18. Salários, provisões para férias e encargos sociais

	Controladora		Consolidado	
	30/09/2024	31/12/2023	30/09/2024	31/12/2023
Salários e quitações a pagar	-	-	41	-
Provisão para férias e 13 salário	-	-	106	-
Encargos sociais	-	-	34	-
	-	-	181	-
Circulante	-	-	181	-
Não circulante	-	-	-	-

19. Obrigações tributárias

	Controladora		Consolidado	
	30/09/2024	31/12/2023	30/09/2024	31/12/2023
ICMS a recolher	-	-	7	-
ISS a recolher	-	-	3	-
INSS	-	-	2	-
Impostos retidos na fonte	-	-	165	-
PIS e COFINS a recolher	-	-	26	-
IRPJ e CSLL a recolher	-	-	34	-
Parcelamento PGFN - INSS e Demais Débitos	-	-	1.662	-
Outros e parcelamentos	-	-	62	-
	-	-	1.961	-
Circulante	-	-	523	-
Não circulante	-	-	1.438	-

Notas explicativas da Administração às informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas
Períodos findos em 30 de setembro de 2024 e 2023
(Em milhares de Reais)

20.Outras contas a pagar

	Controladora		Consolidado	
	30/09/2024	31/12/2023	30/09/2024	31/12/2023
Partes relacionadas (i)	-	-	6.722	-
Superficiários a pagar (ii)	-	-	579	-
Adiantamento de clientes	-	-	717	-
Drake Engenharia (iii)	-	-	18.833	-
Outras	-	-	124	-
	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>26.975</u>	<u>-</u>
Circulante	-	-	3.430	-
Não circulante	-	-	23.545	-

- (i) Valor referente a conta corrente com empresas investidas e acionistas não controladores (nota n.14).
(ii) Saldo a pagar para os superficiários aguardando a autorização da ANP.
(iii) Saldo a pagar para Drake Engenharia, sendo R\$ 1.658 por gastos a serem reembolsados, R\$ 5.680 referente à parcela fixa e R\$ 11.495 referente à parcela variável (earn-out) da compra da Phoenix.

21.Patrimônio líquido

Capital social

Em 30 de setembro de 2024, o capital social da Companhia encontra-se subscrito e integralizado no montante de R\$ 193.219.201,11 sendo 197.584.471 ações ordinárias e um saldo de Adiantamento para Futuro Aumento de Capital (AFAC) no valor de R\$ 68.727,04. Em 31 de dezembro de 2023, o capital social da Companhia encontra-se subscrito e integralizado no montante de R\$ 1.000,00 sendo 1 ação ordinária.

Dividendos e juros sobre o capital próprio

Não houve distribuição de dividendos para os períodos findos em 30 de setembro de 2024 e 31 de dezembro de 2023. Para todas as classes de ações está previsto o pagamento de dividendo mínimo anual obrigatório de 25% do lucro líquido ajustado na forma da legislação societária.

Reserva legal

Deverá ser constituída em conformidade com a Lei das Sociedades por Ações e o Estatuto Social, na base de 5% do lucro líquido de cada exercício até atingir 20% do capital social. A reserva legal tem por fim assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízo e aumentar capital.

Notas explicativas da Administração às informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas
Períodos findos em 30 de setembro de 2024 e 2023
(Em milhares de Reais)

Prejuízos acumulados

Em 30 de setembro de 2024, a Companhia apresentou prejuízo no valor de R\$ 41.436, o qual foi destinado à conta de Prejuízos Acumulados. Desse modo, a conta de Prejuízos Acumulados, que em 31 de dezembro de 2023 apresentava o valor de R\$ 0, passou a apresentar o valor de R\$ 41.436 em 30 de setembro de 2024.

22. Provisão para contingência

Em 30 de setembro de 2024, a Companhia não possui saldos registrados de provisões para contingência em processos cíveis na qual é parte, pois, na opinião dos seus assessores legais, a probabilidade de perda desses processos é classificada como possível.

O valor das contingências classificadas como possível pelos advogados conforme a prática jurídica encontra-se discriminado abaixo para o exercício de 2023 e para o período do 3º trimestre de 2024.

	Consolidado	
	30/09/2024	31/12/2023
Causas Cíveis	1.522	-
	1.522	-

23. Receita de venda e serviços prestados, líquida

	Controladora		Consolidado	
	30/09/2024	30/09/2023	30/09/2024	30/09/2023
Receita bruta				
Receita bruta de produtos e serviços	-	-	1.280	-
	-	-	1.280	-
Deduções				
Impostos sobre as receitas	-	-	(43)	-
	-	-	(43)	-
Receita líquida	-	-	1.237	-

Notas explicativas da Administração às informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas
Períodos findos em 30 de setembro de 2024 e 2023
(Em milhares de Reais)

24. Gastos por natureza

	Controladora									
	30/09/2024					30/09/2023				
	Custos	Despesas gerais e administrativas	Outras receitas e despesas	Amortização do Intangível	Total	Custos	Despesas gerais e administrativas	Outras receitas e despesas	Amortização do Intangível	Total
Serviços contratados de terceiros	-	(163)	-	-	(163)	-	-	-	-	-
Outras despesas	-	(13)	-	-	(13)	-	-	-	-	-
	-	(176)	-	-	(176)	-	-	-	-	-

	Consolidado									
	30/09/2024					30/09/2023				
	Custos	Despesas gerais e administrativas	Outras receitas e despesas	Amortização do Intangível	Total	Custos	Despesas gerais e administrativas	Outras receitas e despesas	Amortização do Intangível	Total
Salários e encargos	(390)	(56)	-	-	(446)	-	-	-	-	-
Honorários dos Administradores	-	(26)	-	-	(26)	-	-	-	-	-
Serviços contratados de terceiros	-	(2.910)	-	-	(2.910)	-	-	-	-	-
Materiais	(220)	-	-	-	(220)	-	-	-	-	-
Ganho/(Perda) na alienação do ativo imobilizado	-	-	(55.274)	-	(55.274)	-	-	-	-	-
Amortização do Intangível	-	-	-	(1.589)	(1.589)	-	-	-	-	-
Outras despesas	(336)	(1.820)	-	-	(2.156)	-	-	-	-	-
	(946)	(4.812)	(55.274)	(1.589)	(62.621)	-	-	-	-	-

Notas explicativas da Administração às informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas
Períodos findos em 30 de setembro de 2024 e 2023
(Em milhares de Reais)

25. Receitas e despesas financeiras

	Controladora		Consolidado	
	30/09/2024	30/09/2023	30/09/2024	30/09/2023
Receitas financeiras				
	-	-	-	-
Despesas financeiras				
Outras despesas financeiras	-	-	(2)	-
Juros e multas	(1)	-	(264)	-
	(1)	-	(266)	-
Receita / despesa líquida	(1)	-	(266)	-

26. Imposto de Renda e Contribuição Social

A conciliação da despesa de Imposto de Renda e da Contribuição Social, calculados pela aplicação das alíquotas vigentes e os valores refletidos no resultado dos exercícios encerrados em 30 de setembro de 2024 e 2023 estão demonstrados a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	30/09/2024	30/09/2023	30/09/2024	30/09/2023
Prejuízo antes do imposto de renda e da contribuição social	(41.436)	-	(61.650)	-
Alíquotas nominais	34%	34%	34%	34%
IRPJ e CSLL calculados às alíquotas nominais	14.088	-	20.961	-
Itens de conciliação para determinação da taxa efetiva:				
Resultado de equivalência patrimonial	(14.028)	-	-	-
Imposto de renda e contribuição social alíquota de 34% sem constituição de créditos tributários diferidos	(60)	-	(747)	-
Imposto de renda e contribuição social apurados	-	-	20.214	-
Imposto de renda e contribuição social - corrente	-	-	(33)	-
Imposto de renda e contribuição social - diferido	-	-	20.247	-
Imposto de renda e contribuição social no resultado do exercício	-	-	20.214	-
Alíquota efetiva	0%	0%	33%	0%

A ATENERGIA e a ATP optaram pela metodologia de cálculo do Imposto de Renda da Pessoa Jurídica (IRPJ) e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) com base no Lucro Real Anual para os exercícios de 2024 e 2023. Já a Phoenix optou pela metodologia de cálculo com base no Lucro Presumido para o mesmo período.

Os créditos e débitos tributários diferidos são registrados para refletir os efeitos fiscais futuros atribuíveis às diferenças temporárias, entre a base fiscal de ativos e passivos, e seu respectivo valor contábil, e encontram-se distribuídos da seguinte forma:

Notas explicativas da Administração às informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas
Períodos findos em 30 de setembro de 2024 e 2023
(Em milhares de Reais)

	Controladora		Consolidado	
	30/09/2024	31/12/2023	30/09/2024	31/12/2023
Ativos				
Prejuízo fiscal e base negativa	-	-	20.247	-
Ativos contabilizados	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>20.247</u>	<u>-</u>
Passivos				
Passivos contabilizados	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>
Ativo (passivo) fiscal diferido, líquido	-	-	20.247	-

27. Instrumentos financeiros e gerenciamento de riscos

A Companhia não mantém operações com instrumentos financeiros derivativos. A Administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos visando assegurar liquidez, rentabilidade e segurança.

A Companhia não efetuou aplicações de caráter especulativo, em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco. Os resultados obtidos com estas operações estão condizentes com as políticas e estratégias definidas pela administração.

A Companhia não possui instrumentos financeiros que possam ser caracterizados por operações com derivativos, conforme Instrução CVM nº 235/95.

Fatores de risco financeiro

Os principais riscos inerentes às operações da Companhia e a forma de controle e mitigação, quando aplicáveis, são assim descritos.

Risco de taxa de juros (risco de mercado)

Decorre da possibilidade de a Companhia sofrer ganhos ou perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros. Visando mitigar esse tipo de risco, a Companhia busca diversificar a captação de recursos em termos de taxas prefixadas ou pós-fixadas. A Administração entende que o risco de mudanças significativas no resultado e nos fluxos de caixa é baixo, e assim justifica a não demonstração da análise de extrapolação deste risco.

Em 30 de setembro de 2024, a Companhia não apresentou exposição relevante ao risco de taxa de juros para que fosse apresentada uma análise de sensibilidade.

Riscos de liquidez

Risco de a Companhia não possuir recursos suficientes para honrar seus compromissos financeiros, em decorrência de descasamento de prazo ou de volume entre os recebimentos e pagamentos previstos. Para administrar a liquidez do caixa, são estabelecidas premissas de desembolsos e recebimentos futuros, sendo monitoradas diariamente pela área de tesouraria.

Risco de crédito

O risco de crédito é o risco de a contraparte de um negócio não cumprir uma obrigação prevista em um instrumento financeiro ou contrato com cliente, o que levaria ao prejuízo financeiro. A Companhia restringe sua exposição a riscos de créditos associados a bancos e a aplicações financeiras, efetuando seus investimentos em instituições financeiras de primeira linha e com remuneração em títulos de curto prazo.

28. Seguros

Em 30 de setembro de 2024, a Companhia possuía apólices de seguro-garantia, com vigência até o segundo semestre de 2025, cobrindo obrigações de exploração referentes aos Contratos de Concessão dos Blocos Exploratórios POT-T-565 e POT-T-610.

O seguro-garantia visa cobrir eventuais indenizações à ANP em caso de não cumprimento integral do Plano Exploratório Mínimo (PEM) e Programa de Trabalho Inicial (PTI), nos respectivos Contratos de Concessão.

As premissas de riscos adotadas e suas respectivas coberturas, dadas a sua natureza e peculiaridade, não fazem parte do escopo de revisão das informações contábeis intermediárias desta forma, não foram revisadas pelos auditores independentes.

AZEVEDO & TRAVASSOS ENERGIA S/A.

**Notas explicativas da Administração às informações contábeis
intermediárias individuais e consolidadas
Períodos findos em 30 de setembro de 2024 e 2023
(Em milhares de Reais)**

Azevedo & Travassos

Telefone: +55 (11) 3973-7787 - Ramal 500

E-mail: investidores@azevedotravassos.com.br



**AZEVEDO &
TRAVASSOS®**

